CÂMARA

CÂMARA ANULA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

RESOLUÇÃO ANULA TAMBÉM A VOTAÇÃO DO PROJETO DE LEI PARA MUNICIPALIZAR A EMISSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL



Publicado em 15/04/2015 às 15:43 (Atualizado em 07/11/2026 às 13:50), postado por Silvia Goulart - ImppactMidia, Fonte: Câmara de Ibatiba

A C?mara de I?na anulou a sess?o extraordin?ria realizada no dia 30 de dezembro de 2014 e, consequentemente, as a?es firmadas na data, como a vota??o (e aprova??o) do projeto de Lei para municipalizar a emiss?o de licen?a ambiental. Aprovado por 7 votos a 3, o Decreto Legislativo, apresentado pelo Presidente da C?mara Marquinho da Sa?de, foi justificado com base no Regimento Interno da Casa de Leis, que prev? a comunica??o por escrito e com anteced?ncia m?nima de 24 horas para a convoca??o dos vereadores para as sess?es extraordin?rias, o que n?o foi cumprido.

O decreto foi proveniente de um requerimento dos vereadores Expedito Vieira de Andrade Filho, Jonildo de Castro Muzi e Rog?rio C?zar.

?A Lei Org?nica e o Regimento Interno t?m que ser respeitados, o que n?o foi feito na convoca??o de acordo com o prazo regimental?, comentou o vereador Rog?rio C?zar, durante a discuss?o da anula??o.

?Teve uma diferen?a de horas na convoca??o dos vereadores. Para evitar que haja problemas futuros, eu votei favor?vel. Fizemos a coisa certa?, comentou ?Paulinho da T?ca, Presidente da Casa na ?poca (Bi?nio 2013-2014).

Com a aprova??o da anula??o da referida sess?o, automaticamente fica cancelado o processo de vota??o do projeto de Lei do Poder Executivo para municipalizar a emiss?o de licen?a ambiental, pauta considerada muito pol?mica pelos vereadores.

Desde o in?cio das discuss?es, o projeto teve parecer contr?rio da Procuradoria da C?mara e de alguns vereadores, que indicaram a falta de servidores qualificados para o procedimento de licenciamento e o aumento dos gastos p?blicos, uma vez que o servi?o deveria ser terceirizado.

De acordo com o vereador Jonildo Muzi, a emiss?o de licen?as ambientais por parte da gest?o municipal (o que antes era feito pelo Governo do Estado) geraria R$ 180 mil de gastos para o munic?pio por ano com m?o de obra. ?Al?m disso, os gastos n?o foram contemplados no Plano Plurianual (PPA) nem na Lei de Diretrizes Or?ament?rias (LDO)?, explicou Jonildo.

?N?o temos funcion?rio para exercer essa fun??o, n?o temos equipe t?cnica ou engenheiro ambiental para analisar os projetos de empreendimentos que precisam do licenciamento. Al?m disso, verifiquei que j? existe um processo de terceiriza??o desses servi?os, o que vai gerar mais custos para o munic?pio?, analisou o vereador Rog?rio C?zar.

AUTENTICAÇÃO
60262b302f8e99a93f1621049bcf61eb
https://camaraiuna.es.gov.br/noticia/2015/04/camara-anula-sessao-extraordinaria.html